

Teoria Assemblage: juventudes e projetos de futuro

Assemblage theory: youth and future projects

Nicole Mieko Takada Moreti

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

mieko.takada@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9996-5499>

RESUMO

Este texto se insere em uma pesquisa maior sobre juventudes escolares, sendo parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. Colocamos neste campo de interlocução algumas ideias preliminares. Aqui, pretendemos discutir a teoria Assemblage como uma escolha para operacionalizar a produção e interpretação dos resultados de pesquisa. Analisar o contexto geográfico dos sujeitos sociais estudados para identificar o conjunto de eventos e elementos que se combinam, fazendo com que determinados arranjos marquem a vida dos sujeitos sociais e suas possibilidades de futuro, de forma não aleatória, exige uma discussão voltada à complexidade, movimento e relações de poder através de um entendimento relacional e contextual. Ao longo do trabalho, buscamos demonstrar que a teoria Assemblage é um caminho promissor para entendermos que as práticas socioespaciais dos jovens não estão circunscritas à escala urbana, vinculada unicamente a um lugar e área que se delimita, seja uma metrópole, uma cidade média ou uma cidade pequena, isso seria um reducionismo, visto que, em suas vivências há multiescalas de trânsitos, conexões, multiplicidades, eventos, afetos corporalizados e relações de poder. Defendemos, a partir da teoria Assemblage que o contexto geográfico, das juventudes escolares, não está necessariamente circunscrito a escala do lugar, ainda mais no momento atual, em que as possibilidades conectivas estão intensificadas.

Palavras-chave: Assemblage; Juventudes; Projetos de futuro; Contexto geográfico.

ABSTRACT

This text is part of a larger research on school youth, being part of an ongoing doctoral research. We put in this field of interlocution some preliminary ideas. Here we intend to discuss the Assemblage theory as a choice to operationalize the production and interpretation of research results. Analyzing the geographic context of the social subjects studied to identify the set of events and elements that combine, causing certain arrangements to mark the lives of social subjects and their possibilities for the future, in a non-random way, requires a discussion focused on complexity, movement and power relations through a relational and contextual understanding. Throughout the work, we seek to demonstrate that the assemblage theory is a promising way to understand that the socio-spatial practices of young people are not limited to the urban scale linked solely to a place and area that is delimited, be it a metropolis, a medium-sized city or a city. small town, this would be a reductionism, since, in their experiences there are multiscale transits, connections, multiplicities, events, embodied affections and power relations. We defend, based on the Assemblage theory, that the geographic context of school youth is not necessarily limited to the scale of the place, even more so in the current moment in which the connecting possibilities are intensified.

Keywords: Assemblage; Youth; Projects for the future; Geographical context.

1. INTRODUÇÃO

Assemblage¹ está entre as abordagens conceituais mais populares da geografia contemporânea, sendo um dos conceitos-chave da filosofia deleuziana e está relacionada com as noções de aparelho, rede, indeterminação e multiplicidade. DeLanda (2006) é um dos principais intérpretes do conceito adaptado do trabalho de Deleuze e Guattari (1987). Esta teoria baseia-se no processo de montar uma mistura de elementos heterogêneos humanos, não-humanos, orgânicos, técnicos e naturais em arranjos de relações e conexões que formariam uma totalidade, embora, nunca fixa ou pré-determinada, mas sempre se fazendo, em um agenciamento consistente que cria espacialidade e reivindica territórios. Isso significa que, a espacialidade topográfica do território é firmada por espacialidades topológicas, definidas não por proximidades físicas ou hierarquia instalada, mas por associações distanciadas que produzem proximidades relacionais. Por isso, os agenciamentos são tanto reais/materiais quanto virtuais/possíveis, ou seja, acentuam relações e capacidades de expressão e mudança.

Neste trabalho, propomos discutir o agenciamento como uma escolha para operacionalização da produção e interpretação dos resultados de pesquisa no âmbito das juventudes escolares. A intensão não é delimitar um conjunto de questões ou um arcabouço teórico-conceitual, cabe pontuar que, não temos essa pretensão. Mas, trazer ideias preliminares que tem orientado as nossas inquietações, considerando o agenciamento em sua perspectiva ontológica, epistemológica e metodológica.

Ao fazer isso, buscaremos revisar uma sucinta bibliografia sobre o assunto e explorar as implicações dessa teoria como recurso para operacionalizar a produção e interpretação dos resultados, com base em um projeto de pesquisa sobre o contexto socioespacial de juventudes escolares.

Para realizar esse movimento, o texto estrutura-se em duas partes: a primeira parte busca perceber como o fenômeno a ser investigado prepondera na escolha do método de investigação que lhe seja apropriado que, por sua vez, orienta a forma como abordamos a interpretação e a compreensão dos fenômenos, pontuando aspectos que corroboram para os estudos com e sobre as juventudes. Por sua vez, a segunda parte apresenta elementos importantes à definição teórica de juventudes e agenciamento, correlacionando com a noção de contexto socioespacial. Ao fazê-lo, pretendemos debater o agenciamento como uma construção intelectual em que epistemologia e ontologia não se dissociam. Assim, questionamos o que o termo nos permite pensar e fazer a partir do nosso objeto de estudo – juventudes escolares.

2. AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS JUVENIS: UM TODO PROVISÓRIO

Na geografia humana contemporânea há uma diversidade de usos para o termo assemblage (agenciamento). Anderson e Macfarlane (2011) e Anderson (2012) advertem que não há uma única maneira de empregar o termo, entretanto, evidenciam alguns pontos comuns em diversas abordagens que sugerem o que o termo pode nos permitir. As relações socioespaciais não podem ser reduzidas a um conjunto de padrões, princípios e formas previamente estabelecidas, assim, um ponto de partida pode ser o “contexto” e as condições que emergem dos diversos acontecimentos (ANDERSON, 2012).

Cada um que se propõe ao desafio de trazer o tema das juventudes como um tema para a geografia vai se deparar com seus próprios desafios e deve construir os seus próprios percursos teóricos, conceituais e metodológicos. Neste campo de interlocução pretendemos apresentar algumas ideias preliminares colocadas em debate no grupo de pesquisa que integramos, o GeoJuves (Geografia

¹ No Brasil o termo assemblage foi traduzido como agenciamento. Optamos, neste texto, por utilizarmos a palavra agenciamento no lugar de assemblage.

das Juventudes)², bem como, pretendemos apresentar a forma como estamos desenhando esse pensamento a partir de nossas inspirações. O foco desta seção, parte do princípio de que o fenômeno investigado prepondera na escolha do método de investigação que lhe seja apropriado que, por sua vez, orienta a forma como abordamos a interpretação e a compreensão dos fenômenos.

Nesse sentido, convém esclarecer logo no início do texto que não pretendemos estabelecer aproximações com a teoria ator-rede, mas sim com a teoria assemblage (agenciamento). De modo sucinto, pois não é o foco desse artigo, apresentaremos uma justificativa para o nosso posicionamento. Como ponto de partida queremos apresentar três inspirações para a construção deste posicionamento. A primeira inspiração vem do trabalho de Anderson e seus colaboradores, intitulado “On assemblages and geography”, publicado no ano de 2014 na revista *Dialogues in Human Geography*. Os autores argumentam que o pensamento assemblage pertence a uma metafísica das potencialidades, que coloca em primeiro plano as capacidades das entidades e as relações de exterioridade como característica definidora dos conjuntos. Para eles, as entidades não são totalmente determinadas pelas relações, mas sempre há algo que está fora das relações e permite conectá-los a outros conjuntos, muitas vezes aleatórios e imprevisíveis.

Uma segunda motivação vem do estudo dos autores Martin Müller e Carolin Schurr, intitulado “Assemblage Thinking and Actor-Network Theory: Conjunctions, Disjunctions, Cross-Fertilisations” publicado no ano de 2016 na revista *Transactions of the Institute of British Geographers*. Os autores apontam semelhanças e diferenças entre a teoria ator-rede e o pensamento assemblage, defendendo que, embora as teorias apresentem semelhanças e combinações possam ser utilizadas, cada abordagem está mais sintonizada com a conceituação de um tipo particular de mudança nas relações sociomateriais. Nesse sentido, a teoria do ator-rede atende pouco quando confrontada com o inesperado, assim como, tende a negligenciar as capacidades humanas de expressão, poderes de invenção e de fabulação, questões que não podem ser simplesmente negadas – principalmente quando nos colocamos no desafio de pesquisar as juventudes e seus projetos de futuro. Conforme Müller e Schurr (2016, p. 219), o pensamento assemblage de Deleuze e Guattari é uma alternativa à abertura conceitual ao inesperado, pois enquanto a teoria do ator-rede têm preferência pelo real, fixo e estável, Deleuze e Guattari estão mais preocupados com trajetórias e possibilidades futuras.

Müller e Schurr (2016) esclarecem que a divisão dicotômica entre as duas abordagens – teoria ator-rede e assemblage, resultam de uma literatura seletiva e anterior a década de 1990, desde então outros autores, para além de Latour (1999), contribuíram para o avanço do debate e para aproximações, em especial, em torno da questão da fluidez e exterioridade. Entretanto, Müller e Schurr (2016) pontuam que, a teoria ator-rede está mais interessada na fluidez sem rupturas, enquanto o pensamento assemblage está mais sintonizado com o ausente, a presença do virtual, as possibilidades incipientes inerentes a qualquer situação, como, por relações de exterioridade, os elementos nunca são totalmente inscritos, assim mostra uma maior abertura ao aleatório e ao imprevisível, em direção ao evento. Outro ponto que a teoria ator-rede não aborda refere-se a capacidade dos corpos de afetar e ser afetado. Por sua vez, para Deleuze e Guattari (1983, 1987), o afeto/desejo torna-se, junto com o conjunto, uma espécie de força motriz capaz de estabilizar ou desestabilizar, montar ou desmontar, um ativo co-constituente do agenciamento, um elemento dos arranjos que compõem as escolhas e possibilidades de futuro dos sujeitos, pois soma-se as histórias, individual e familiar, talentos, interesses, lugar de moradia, locais que frequenta, cursos e projetos sociais que participa, pessoas que inspiram, movimentos presenciais e virtuais (Müller e Schurr, 2016) – as redes que estabelece, primeiro emprego e/ou estágio, entre inúmeras possibilidades de conexões e associações que podem construir coerência para dar sentido a uma meta para a vida presente e/ou futura.

² O GeoJuvés reúne um conjunto de pesquisadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, alunos da graduação e pós-graduação em Geografia, bem como, outros colaboradores interessados na temática. Esse grupo vem realizando, desde o ano de 2020, pesquisas sobre juventudes, especialmente no contexto urbano, sendo coordenado pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto.

Embora aproximações sejam possíveis e tragam combinações relevantes, todo pesquisador realiza escolhas e optamos por olhar o objeto de nossa pesquisa – jovens escolares e seus projetos de vida, pela perspectiva do pensamento assemblage (agenciamento), pois entendemos que a vida é composta por eventos e arranjos imprevisíveis. Assim, acreditamos que a teoria assemblage (agenciamento) e a descrição desses arranjos (diagramas) estão mais alinhados com o nosso objeto de estudo, pois ao considerar a dimensão afetiva, expõem uma força produtiva que é capaz de formar conexões e também de desestabilizar – criando pontes e rompendo barreiras, combinando multiplicidade, relações de poder, histórias em devir e conexões incertas.

Uma terceira inspiração vem da pesquisa realizada por Kim Dovey e Kenn Fisher, intitulada “Designing for adaptation: the school as socio-spatial assemblage”, publicada no ano de 2014 em *The Journal of Architecture*. Os autores utilizam o conceito de agenciamento para abordar as transformações no campo da pedagogia tradicional para uma pedagogia construtivista, centrada no estudante, e de agrupamentos de salas de aula fechadas para conjuntos espaciais mais abertos, assim, esclarecem que um agenciamento é um todo formado a partir da interconectividade e flui entre partes constituintes — um aglomerado socioespacial de interconexões entre partes em que as identidades e funções de ambas as partes emergem dos fluxos entre eles.

Para Dovey e Fisher (2014), um agenciamento é ao mesmo tempo composto por fluxos de vida, pessoas, materiais e ideias que agrupam seu potencial emergente, assim, as salas de aula tradicionais são territórios fixos enquanto os espaços desenhados para novas pedagogias são relativamente desterritorializados. Essa perspectiva é interessante, pois considera o agenciamento como um relato construcionista das relações socioespaciais com foco nas formas pelas quais as partes heterogêneas são montadas em um todo provisório.

Difícilmente apreendemos o objeto isolando-o de sua relação com o sujeito, do mesmo modo, não apreendemos o sujeito fora de suas relações com o mundo. Como dizem Anderson (2012) e Allen (2012), a ênfase atribuída “as relações de exterioridade”, constituídas por poderes com potencial de serem atualizados de diferentes formas, dependendo das conexões, articulações e arranjos podem gerar novas capacidades, assim, os agenciamentos são compostos por um conjunto de particularidades de relações, internas e externas, com potencialidades para afetar e transformar, entretanto são abertas e nunca totalmente determinadas ou preexistentes. Este uso, nos permite permanecermos abertos ao agenciamento – como múltiplas coexistências, incertezas e pluralidades em transformação (ANDERSON e MACFARLANE, 2011).

Allen (2012) argumenta que uma geografia mais do que relacional pode ser uma ontologia apropriada para pensarmos a partir dos agenciamentos, pois as relações constitutivas não são tudo o que existe na geografia e no mundo em geral. Na prática, isso significa que não há uma lógica interna determinando os resultados de diversos acontecimentos. Dar às relações outra direção, outro conjunto de arranjos dentro do qual um conjunto diferente de capacidades pode surgir e mudar o seu redor, pode ser uma espécie de realismo que funciona para pensarmos o agenciamento (ALLEN, 2012). Não se trata de um exercício descritivo irracional, mas de uma cuidadosa conceituação de entidades e seus poderes em relação que compõem um todo.

Por exemplo, ao pesquisarmos jovens escolares concretos e seus projetos de futuro, as capacidades ou poderes não se esgotam pelas relações das quais esses participam. O contexto geográfico vivenciado por jovens pobres, estudantes de escolas públicas e moradores da periferia é permeado por políticas públicas que chegam em seus bairros, pela qualidade do transporte que usam, por programas educacionais e normativas institucionais, mas também é composto pelas ações dos sujeitos que agem criando situações, estabelecendo conexões e criando redes para agirem diante das adversidades. E assim, fazem “parte do processo constante de estabelecer e quebrar elos” e, constituem o próprio espaço (MASSEY, 2008, p. 175).

Para Kamalipour e Peimani (2015) os agenciamentos são feitos e desfeitos dinamicamente, concentrando tanto o real/material quanto o possível/emergente, remetendo as formas de mudança e ao “espaço de possibilidades”. Os autores oferecem orientações sobre uma “descrição densa” das

relações histórico, biográfica e suas potencialidades, juntamente com a distribuição da agência através da materialidade/socialidade. Desse modo, demonstram que as concepções ontológicas, metodológicas e empíricas dos agenciamentos não podem ser exploradas separadamente. Nessa conjuntura, um tipo de “conhecimento espacial” pode ser utilizado como base para a análise da espacialidade e sociabilidade, estendendo tanto ao “real” quanto ao “possível”, ou seja, explorar o espaço de possibilidades pode se tornar uma linha particular de investigação tanto na teoria quanto na prática, pois se move da análise das peças para a explorar as relações entre as peças em diferentes escalas, com resultados imprevisíveis e tendo como foco os processos e não os produtos (KAMALIPOUR e PEIMANI, 2015).

Na concepção da teoria Assemblage (agenciamento), Kamalipour e Peimani (2015, p. 406) pontuam que, para DeLanda (2006), o conjunto de singularidades universais é o que no conceito deleuziano é denominado de diagrama. O pensamento diagramático pode ser usado como um meio para ilustrar as complexidades de um conjunto. Assim, o agenciamento é particularista empiricamente e orientado para uma preocupação com o como, ou seja, estamos no campo epistemológico, visto que, enfatiza a “descrição densa” das relações que compõem diversos pontos de uma rede, mas também focaliza o espaço de possibilidades que se associam as capacidades latentes. Dessa forma, em concordância com essa perspectiva, o conjunto de singularidades universais têm a potencialidade de produzir um tipo de “conhecimento espacial” que pode ser utilizado como base para compreendermos a espacialidade e sociabilidade.

Neste artigo, procuramos estabelecer alguns pontos de conexão, baseando-nos em nossa experiência de pesquisa como exemplo empírico e ilustrativo das juventudes escolares. Os indivíduos, coletivos e instituições, têm seus espaços de possibilidades e seus graus de manobras organizados a partir de um arranjo de singularidades universais. Nas relações emergentes desses arranjos (diagramas) há conjuntos mais ou menos estáveis que se interpenetram, se interseccionam e constituem associações que partilham determinados espaços e tempos.

Os jovens pobres, estudantes de escolas públicas e moradores da periferia traçam diferentes percursos sociais, trajetórias e pontos de inflexão, ou seja, organizam socialmente suas vidas, trajetórias de educação e trabalho, família e moradia que são seguidas por indivíduos ou grupos, sendo caminhos moldados por forças históricas e estruturados por instituições sociais. Embora, os indivíduos elaborem seus próprios cursos de vida (Elder Jr. e Johson, 2003) e trajetórias em relação à instituição – caminhos padronizados e normativos, inevitavelmente, estão sujeitos a alterações tanto do impacto de acontecimentos mais amplos em que estão inseridos quanto do impacto da agregação de vidas que se inter cruzam.

Os indivíduos constroem seus próprios cursos de vida (Elder Jr. e Johson, 2003) por meio das escolhas e ações que tomam dentro das oportunidades e das circunstâncias da vida social. Entretanto, os sujeitos sociais não são passivamente influenciados por estruturas sociais e restrições estruturais. Mas, fazem escolhas com base nas alternativas que percebem, gerenciam escolhas para minimizar riscos, criam outras possibilidades, refletem, avaliam, planejam e agem dentro das limitações particulares de seus mundos.

Em contrapartida, jovens com uma mesma idade, moradores de um mesmo bairro e estudantes de uma mesma sala de aula, assim, podem ocupar o mesmo espaço “cartesiano” em determinado tempo, mas isso não impede o distanciamento entre eles. Também, conforme advertem Almeida e Eugenio (2006, p. 112), não podemos considerar apenas a localização espacial para avaliar as possibilidades de inclusão/exclusão social de um jovem, pois há inúmeros fatores: gênero, cor da pele, renda familiar, pertencimento comunitário, escolaridade, emprego, capacitação profissional e acesso a projetos sociais, ou seja, há um conjunto de fatores que criam um elenco de possibilidades e, diferentes “contextos” vivenciados permitem construir redes, criar elos, estabelecer pontes e criar arranjos que permitem construir novas trajetórias para sua vida.

Todavia, voltando a ideia de espaço, Mcdowell (1999) alerta que o aumento da escala global e a intensidade das interconexões planetárias só afetam um certo número de pessoas em certas áreas

do mundo, porque a vida diária da maioria das pessoas continua a se desenvolver em termos estritamente locais. Como afirmam Massey (2008) e Mcdowell (1999), a globalização não unificou o mundo, nem reduziu as diferenças locais, porque a diversidade não é mais gerada na comunidade local, íntegra e autêntica, enraizada na tradição, que pode resistir ou se adaptar ao novo sistema mundo. Mas, paradoxalmente, a diversidade é gerada nas próprias condições de mudanças globais e de forma conflituosa, fluída e insegura.

Para Mcdowell (1999), o que define o lugar são as práticas socioespaciais, as relações sociais de poder e de exclusão que se sobrepõem e se cruzam, assim, os espaços surgem das relações de poder que definem as regras e os limites, que são sociais e espaciais, pois esses limites determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído, e/ou a quem é permitida determinadas experiências. As localidades surgem na intersecção de processos locais e globais, das relações sociais que operam com o escopo de escalas espaciais, produzindo o que Massey (2008) chama de “um senso global de lugar”. Desse modo, os lugares não são mais tradicionalmente “autênticos”, mas definidos por relações socioespaciais que se entrecruzam e fornecem-lhes seu caráter distinto, variável, relacional e em devir, mantido e alterado pelo efeito de relações de poder desiguais.

Como explica Macdowell (1999), vários grupos podem habitar o mesmo lugar e são capazes de estabelecer mudanças de limites com meios muito sutis, mas o fato de viverem juntos, não impede o distanciamento. Distanciamento social nem sempre é sinônimo de distância geográfica, pois os ocupantes dos mesmos espaços “cartesianos” podem viver em lugares diferentes.

Ao tratar da eventualidade do lugar, Massey (2018, p. 201), traz subsídios para análises sobre sujeitos situados em determinados contextos ao afirmar que o aqui “é nada mais (e nada menos) do que o nosso encontro e o que é feito dele. É, irremediavelmente, aqui e agora. Não será o mesmo “aqui” quando não for mais agora”, ou seja, a ideia de devir está presente no conceito de espaço defendido por Massey, de uma totalidade permanentemente em processo que dialoga com o pensamento relacional de assemblage (agenciamento), pois conforme Massey (2008), o lugar não é um ponto no espaço, mas uma relação, uma coleção de histórias articuladas em amplas geometrias de poder, trajetórias em processo, assim, eventualidades espaço-temporais.

Se nos estudos das juventudes a dimensão espacial é vital, pois a vivência/experiência juvenil é localizada e demanda encontros. Outra dimensão importante da experiência juvenil é a dimensão temporal dos projetos de vida, visto que, o contexto joga um papel fundamental como campo de possibilidade para as trajetórias biográfica dos sujeitos. Desse modo, os elementos que compõe os lugares, as redes que os sujeitos acessam, vão se arranjando a partir de uma lógica que permite que os sujeitos, em seus projetos de vida, tenham capacidade de ação, ainda que, sejam condicionados em relação as geometrias de poder, vão ressignificando esse “aqui e agora” em um processo provisório e em devir. Mas, é importante destacar que aquilo que escrevemos sobre os sujeitos sociais das nossas pesquisas refere-se apenas a um momento da vida deles, ou seja, o retrato de um encontro, o que não significa que as trajetórias tenham se findado na etnografia.

Nesse contexto, o trabalho de Baker e MacGuirk (2017) traz subsídios ao debate sobre o agenciamento como marco metodológico ao apresentar caminhos epistemológicos com ênfase na multiplicidade, processualidade, trabalho e incerteza, explorando três práticas metodológicas-analíticas: a adoção de uma sensibilidade etnográfica, o rastreamento dos locais e das situações e a ação de explicitar os trabalhos de montagem, assim, demonstram as potencialidades do agenciamento como construção intelectual, elevando o agenciamento ao nível de ontologia e reforçando-o como base epistemológica.

Nesse sentido, o agenciamento oferece uma maneira de revelar, interpretar e representar a espacialidade, sociedade e materialidade ao arranjar as particularidades e combinar percepções diversas (BAKER e MACGUIRK, 2017; MACFARLANE, 2011). Baker e MacGuirk (2017) afirmam, por exemplo, que o pressuposto da multiplicidade não busca negar o efeito das assimetrias de poder que posiciona diferencialmente certos atores, saberes e lugares, mas, visa situar as estruturas em diversos contextos em que eles tomam e ganham forma, relatando empiricamente para revelar

como os efeitos estruturais são realizados por meio de um campo de projetos, atores e ambições. Conforme afirma McFarlane (2011), esses relatos funcionam como ferramentas para compreendermos um conjunto de lógicas que devem ser interpretadas. Assim, a multiplicidade é uma estratégia interpretativa usada para deslocar presunções de coerência estrutural e determinação como um meio para compreender o polivalente.

Como mostram Baker e McGuirk (2017) e McFarlane (2011), o agenciamento como marco metodológico possui um compromisso com a processualidade, pois lida com o jogo de contingência e estrutura, organização e mudança em um processo de arranjar, organizar e encaixar de diferentes atores, objetos, técnicas, organizações e representações. Embora o processo seja central para esse pensamento investigativo, os processos são sempre provisórios, pois as relações podem mudar, novos elementos e novas conjunturas podem surgir. Entendemos que a consciência sobre o caráter provisório é um chamado à responsabilidade e à ação, pois há sempre novas possibilidades para o futuro.

O compromisso com a autocrítica que esse método exige é outro ponto sinalizado por Baker e McGuirk (2017). Trata-se, em grande parte, de manter um sentido de incerteza e de evitar uma imposição explicativa rígida em favor de um cenário incerto ao lidar com uma realidade de conexões imprevistas. Assim, com uma abertura ao incerto, expressando a composição de análise menos determinantes e mais experimentais, expressando a modéstia do provisório, visto que, os relatos produzidos a partir da pesquisa social só podem produzir leituras situadas, o que Donna Haraway (2009) chamou de saberes localizados, compostos por traços momentâneos focalizados por campos de força, atores que orientam ou deveriam orientar o olhar sobre si, vetores de informações e visões de mundo. O próprio processo de pesquisa, como um ato de montagem, está sujeito a contingências, fragilidades e agências, uma vez que, a pesquisa não apenas relata por meio de uma análise e escrita, mas é, em si, um agenciamento.

Nesse sentido, entendemos que como pesquisadores, não somos observadores distanciados da realidade, mas tradutores corporificados e portadores de uma posição, uma perspectiva parcial e subjetiva na tradução do contexto pesquisado. Este compromisso com a multiplicidade, processualidade, trabalho e incerteza trazem consigo oportunidades e desafios, assim, assumir o compromisso de incerteza requer que o alcance e a intensidade de atenção não sejam predeterminados, ou seja, a espacialidade de foco metodológico é situada, mas não autoevidente. Essa construção intelectual é baseada em uma abordagem indutiva e interativa que rastreia pessoas, discursos e ideias como pontos localizados e examina suas conexões com situações socioespaciais amplas e relacionais, permitindo que essas relações despontem empiricamente. Ao juntar as peças essa coleção causal de espacialidades dispersas, porém próximas relacionalmente, através da descrição empírica, começamos a relevar a dinâmica múltipla e processualmente composta.

O foco do nosso interesse está em compreender como determinados arranjos acontecem e permanecem em sua instabilidade e tensões. Conforme McFarlane (2011) e Baker e McGuirk (2017), uma alternativa para esse foco é permanecer perto do chão, atentando-se a rotinas, encontros e materialidades presentes em projetos e forças hegemônicas, atentando-se a como são processualmente resistidas, minadas, negociadas e consolidadas em diversos contextos socioespaciais.

Nesse sentido, nos aproximamos daquilo que o antropólogo Clifford Geertz (1978) denomina de descrição densa e, mais especificamente, daquilo que a geógrafa argentina Perla Zusman (2014) chama de trama, entendida como um tecido constituído por fios entrelaçados, isto é, um conjunto de combinações pelas quais os acontecimentos se transformam em histórias, configuram geografias e formam um campo possível para as experiências juvenis. Assim, esse processo de descrever fornece um meio para ver, escrever e dar suporte às narrativas, visto que, sem prestar atenção aos detalhes, corremos o risco de superestimar a relevância de atores influentes, projetos, instituições e subestimar as contingências, falhas, correções de curso e redirecionamentos.

Até agora, argumentamos que o fenômeno a ser investigado prepondera na escolha do método investigativo que lhe seja apropriado que, por sua vez, orienta a forma como abordamos a

interpretação e a compreensão dos fenômenos. Realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre a teoria assemblage com o objetivo de contribuir para o debate sobre as suas potencialidades para os estudos com e sobre as juventudes. Na seção seguinte, queremos analisar brevemente dois quadros teóricos relacionados que corroboram para pensarmos os projetos de futuro dos jovens, assim, partimos de dois trechos ³de uma entrevista⁴, realizada em outubro de 2022 na cidade de Presidente Prudente/SP⁵, junto a coordenadora de organização escolar (COE) de uma escola estadual da rede pública de ensino, com o objetivo de trazer um exemplo empírico ilustrativo, de jovens concretos, para subsidiar nossa reflexão sobre dois termos-chave: contexto geográfico e juventudes.

3. PROJETOS DE FUTURO: CONTEXTOS GEOGRÁFICOS E JUVENTUDES

Como professora e coordenadora atuo na educação por mais de trinta anos e percebi que muitos pensam a escola ainda com uma visão esquadrinhada dentro daquele modelo de transmissão de conhecimentos, mas hoje a escola tem que fazer algo que é no mínimo juntar esses conhecimentos, articular essa mistura para produzir alguma coisa que faça sentido ou que nesse lugar caiba o sentido do outro. Isso é uma coisa maluca, porque trazemos o nosso sentido, venho para escola todo dia trabalhar aquilo que acredito, os conteúdos e tal, mas, onde vai caber o sentido para o outro? O estudante, esse do noturno, o que veio buscar? *Quais são seus projetos reais?* Questiono isso muito com a equipe, temos que considerar o que é real na escola, o que as pessoas supõem, a idealização dessa escola e *o que é real - o nosso garoto e a nossa garota fogem dessa idealização*. Uma coisa interessante e que aprendi a olhar de maneira mais adequada é a questão do emprego, por exemplo, eu era uma pessoa que buscava estudar, trabalhar era para mim uma condição, mas, fui trabalhar quando já estava formada no magistério, minha mãe “segurou a onda”, quando fui trabalhar já estava profissionalizada. Agora, aqui a menina, muitas vezes, com 15 ou 16 anos precisa já começar esse movimento de buscar trabalho. Esse olhar foi uma coisa que incorporei, porque antes ficava muito naquela coisa de falar de faculdade com eles, hoje já faço essas duas conversas: *O que vocês querem?* Querem uma experiência de trabalho, *que não precisa ser definitivo*, porque vocês vão mudar muito de lógicas, de repente vocês podem trabalhar três ou quatro anos, depois vão voltar a estudar, quem sabe, depois vão entrar na faculdade, depois vão pensar em conseguir uma bolsa de estudo... Então, assim, você vai tendo outras conversas com os estudantes (Entrevista com a COE, Presidente Prudente/SP, 31 de outubro de 2022, grifos nossos).

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) traz a temática do projeto de vida ou projeto de futuro como um dos pilares do novo ensino médio, algo que representa um avanço diante

³ Em razão da presente pesquisa envolver seres humanos, na qualidade de colaboradores, informantes e coínterpretes, houve a necessidade de sustê-la à apreciação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP). Seu Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é: 57016222.5.0000.5402. Cabe ainda esclarecer que a autorização concedida pelos colaboradores foi obtida em duas vias mediante “Termo de consentimento livre e esclarecido”. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum procedimento usado oferece risco à dignidade dos participantes e não infringe as normas legais e éticas.

⁴ A entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2022, cedida pela coordenadora de organização escolar (COE) de uma escola estadual localizada na região central da cidade de Presidente Prudente/SP. A entrevista faz parte de uma pesquisa etnográfica maior sobre juventudes escolares em nível de doutorado em andamento. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), essa unidade escolar no ano de 2021 contava com um total de 1.018 estudantes matriculados, 590 estudantes no ensino médio e 428 nos anos finais do ensino fundamental.

⁵ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, o município de Presidente Prudente contabilizava uma população de 226.692 habitantes.

das demandas próprias das juventudes. Entretanto, devemos problematizar a partir de jovens concretos: Até que ponto os jovens estão em condições de realizar escolhas de projetos de futuro? Esse debate inclui a problematização das desigualdades estruturais e dos campos de possibilidades reais?

Nesse caso, assim como no trecho da entrevista apresentada no início dessa seção, os projetos de futuro dos jovens reais refletem uma estabilidade provisória, uma trama em processo de construção e reconstrução, composta por relações e eventos imprevistos, onde o desejo e a afetação também são elementos significativos nesse arranjo. Há inúmeros elementos que podem alterar a trajetória dos indivíduos, sejam intervenções planejadas (financiamento estudantil) ou intervenções não planejadas (pandemia, luto, desemprego ou subemprego). Desse modo, os indivíduos escolhem os caminhos que seguem, mas as escolhas são sempre constrangidas pelas oportunidades estruturadas por instituições sociais e culturais, num certo tempo e espaço e segundo os recursos que dispõem, visto que, estes caminhos são feitos seguindo os campos de possibilidades. Esses pressupostos refletem a natureza temporal das vidas, transmite movimento histórico, biográfico, relações constituídas por poderes, eventos e conexões imprevisíveis, mas que podem influenciar no campo de possibilidade dos jovens escolares, em seus projetos de vida, presente e futura, por meio de arranjos de relações e conexões – agenciamentos.

Mas, assim, talvez, deveríamos pensar de maneira profícua sobre como esses meninos estão vivendo *essa brutalidade do deslocamento*. Embora nos bairros exista várias realidades, a grande maioria, para não dizer todos, vivem a realidade do ônibus. Nesse sentido é preciso pensar, como transformar a organização deles, mas, não conseguimos, isso demandaria um debruçar sobre a realidade deles é isso gente não consegue. O ônibus atrasa na chegada, não passa no ponto deles no horário, sabe como é transporte circular? Essa menina sai da escola às 23h00 para seus bairros, tarde. Recebemos alunos de todos os lugares da cidade, depois que a *maioria das escolas se tornaram PEI* (Programa de Ensino Integral), *não tem noturno espalhado pela cidade*, praticamente então, somos nós e mais três escolas que possuem noturno. São estudantes de todos os bairros, temos *cerca de 130 bairros*, pequenos e grandes, atendemos a zona norte e a zona leste, o *peessoal acaba vindo ao centro da cidade para estudar*, até mesmo porque tem o lance dos ônibus. É interessante, porque acabamos recebendo alunos que não estudaram anteriormente aqui, mas quando começaram a trabalhar precisaram deslocar-se. É uma menina corajosa com idade entre 15 e 18 anos, saindo do seu bairro, indo e vindo, mais de uma hora para retornar até sua casa, alguns vem direto do emprego e no outro dia começa sua jornada de trabalho às 05h00 ou 06h00 da manhã, vejo que é muita coisa para a idade deles. E *“de repente” temos aqui as periferias da cidade em um processo desajustado*, não sei se todo mundo, lá na frente, queria que eles estivessem aqui. Mas, *essa menina está saindo das periferias, transitando pela cidade e vindo para além de seus bairros*. Pensando na escola, vivemos processos históricos aqui, de ir e vir, de rejeitar o seu jeito de ser, são os processos que geram as evasões. Agora pouco mesmo, a funcionária fez uma coisa com o menino, falou com aspereza que é lógico que o menino vai falar e reagir, dependendo da forma como nos comunicamos e dependendo da euforia que eles estão (Entrevista com a COE, Presidente Prudente/SP, 31 de outubro de 2022, grifos nossos).

Conforme a narrativa apresentada no trecho da entrevista acima, mudanças na política pública educacional no Estado de São Paulo, acarretaram o aumento de escolas participantes no Programa de Ensino Integral (PEI), conseqüentemente, os jovens trabalhadores precisaram buscar pela oferta de ensino noturno em outras localidades, para além das unidades escolares próximas aos seus bairros. Esse é um exemplo daquilo que Anderson (2012) e Allen (2012) chamam de “relações de exterioridade” constituídas por relações de poder com potencial para criar novos arranjos e outras

espacialidades (territorialização/desterritorialização), desse modo, determinados arranjos acontecem e permanecem em sua instabilidade e tensões.

Considerando a premissa de que, o agenciamento busca no emaranhado das relações que compõem um conjunto em movimento, as potencialidades para o novo, algo que não pode ser reduzível ao preexistente, assim, o trecho da entrevista nos traz também a ideia de fluxo, processo e devires futuros. Nos trânsitos pela cidade, uma diversidade de jovens, no ir e vir cotidiano, estabelece conexões através da materialidade/socialidade pela cidade com impactos imprevisíveis em suas vidas, pois transitar por outros espaços na cidade, para além de seus bairros periféricos, pode ampliar o campo de possibilidades ao proporcionar o contato, por exemplo, com painéis publicitários contendo campanhas de universidades ou vagas de emprego, bem como, locais de consumo, lazer e cultura. Entretanto, a “brutalidade do deslocamento”, nos termos da profissional entrevistada, também traz impactos negativos quanto ao aumento da evasão e do baixo rendimento escolar.

Alguns jovens possuem um campo de possibilidade mais amplo, um repertório cultural mais diversificado e possuem maiores condições reais para a sua ação no mundo por contarem com certos privilégios sociais, culturais e econômicos. Por outro lado, conforme Carrano (2011), as trajetórias biográficas não são lineares, as pessoas das camadas populares podem criar estratégias para ascender socialmente. Embora, o peso do meio não possa ser desprezado, tampouco, as múltiplas capacidades de agenciamentos.

Nesse sentido, os projetos de futuro dos jovens se relacionam com o contexto geográfico e com a condição juvenil, pois os jovens concretos vivem a condição juvenil com os recursos que estão à sua disposição em seus contextos geográficos. Entendemos por contexto geográfico um conjunto de condições em que os jovens concretos realizam e experimentam a juventude – não a ideal, mas aquela que é possível, considerando as particularidades e diversidades das experiências socioespaciais coexistentes. Assim, o conjunto de condições forma um arranjo que contribui para ampliar ou limitar os horizontes de possibilidades para as trajetórias biográficas dos sujeitos e para seus projetos de futuro.

O contexto geográfico não é um dado ou uma localização em um plano cartesiano, mas resultado das conexões e desconexões, envolve processos em devir, remete as especificidades de sujeitos corporificados, suas relações com outras escalas, materialidades, fluxos e negociações. Pensar como o contexto geográfico atua no campo do possível para que os jovens articulem condições de realizar escolhas de projetos de futuro é um desafio também do campo metodológico, pois como tornar essa dimensão apreensível?

A juventude é uma experiência e uma condição da qual nem todos os sujeitos que estão na mesma idade jovem participam, pois existe uma distinção entre ser jovem e viver a juventude plenamente. Desse modo, como Turra Neto (2015) e Dayrell (2005) argumentam, ser jovem está relacionado com o corpo juvenil e determinada faixa etária em que a pessoa é identificada e situada dentro das instituições e das estruturas de poder, mas viver plenamente a juventude é um privilégio de classe. Os jovens pobres fazem uma transição muito rápida da infância para a vida adulta, pois diante das dificuldades econômicas necessitam entrar no mercado de trabalho cedo, assim, abdicam de dimensões importantes da experiência juvenil: preparar-se para o futuro acadêmico/profissional e vivenciar a sociabilidade com seus pares. A dimensão da sociabilidade é espacial, pois demanda a possibilidade de viver espaços e tempos de encontros culturais criativos ou ociosos junto com outros jovens, de modo que, possam estabelecer conexões, criar redes de apoio e firmar laços de identidade (TURRA NETO, 2015).

Conforme Castro (2022), entre as décadas de 1990 e 2000, as políticas públicas de juventudes atuaram a partir do controle social do tempo livre e táticas de prevenção, pautadas na formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, ou seja, não contemplando caminhos participativos e o debate da juventude como categoria de sujeitos de direitos. A imagem negativa dos jovens é historicamente recorrente, especialmente, nos discursos que abordam a sociabilidade juvenil, suas práticas culturais, sociais e espaciais, bem como, as relações intergeracionais, assim, rebeldia,

desinteresse, irresponsabilidade e apatia foram características associadas aos jovens, vistos e representados como um problema etário e social. Nesse sentido, a juventude foi encarada como uma mera fase transitória para a vida adulta. As políticas públicas para as juventudes no Brasil, especialmente aquelas voltadas aos jovens de baixa renda, demoraram para romper com a visão de juventudes como um problema social ou grupo socialmente marginalizado (CASTRO, 2022).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal marco normativo sobre os direitos da criança e do adolescente, pois foi o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos com direitos e demandas próprias. Entretanto, somente no ano de 2013, com a Lei nº 12.852, foi instituído o Estatuto da Juventude, documento que se tornou um marco ao apresentar os princípios e as diretrizes das políticas públicas em relação à juventude no país. Assim, a lei estabelece um parâmetro etário ao determinar que são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Conforme adverte Carrano (2011), a definição de ser jovem através da idade é apenas um dos critérios possíveis. A juventude não é um período linear entre os sujeitos jovens e concretos do mundo real, visto que, essa é uma fase em que o peso do meio e do contexto social influenciam nas trajetórias individuais. Há diversas maneiras de ser jovem hoje, e claramente, nem todos os sujeitos jovens vivem sua juventude como uma fase de preparo para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho e estudos posteriores. Entende-se que juventude é, portanto, uma categoria socialmente construída, muito além de uma mera fase transitória da vida.

A juventude é uma construção histórica, social e discursiva, de uma experiência coletiva e individual diversificada, como lembra Turra Neto (2015), a juventude é uma condição social vivenciada de maneira desigual entre os sujeitos jovens de diferentes classes sociais, assim, a vivência da juventude pode ser considerada como um privilégio de classe, pois, apesar de existirem sujeitos jovens em todos os setores sociais, a juventude como um direito ainda não se estendeu com plenitude. Com isso, se reconhece “a ideia de que a juventude é uma experiência, que precisa ser vivida com outros, uma experiência formativa dos sujeitos e que faz dos/as jovens reais produtores de seus espaços de interação” (TURRA NETO, 2015, p.129). Diante dessa diversidade de vivências espacializadas e socialmente construídas, podemos afirmar que não há uma juventude definida, mas sim diversas juventudes – no plural.

Na prática, jovens com todas as suas semelhanças e diferenças, partilham um momento no espaço escolar, importante na sua formação. Os estudantes, assim como outros sujeitos escolares (professores, funcionários e gestores), trazem para dentro dos muros escolares suas experiências acumuladas em espaços externos, vivências de lazer, conflitos, preferências, hábitos de consumo e expectativas com o tempo presente e futuro - produzindo esse espaço relacional e inacabado.

Carrano (2011) adverte que os jovens escolares não são despreocupados do futuro, pelo contrário, pensam e enfrentam dificuldades quanto as expectativas das famílias e da sociedade sobre os rumos de suas vidas, responsabilidades e tomada de decisões, entretanto, colocam esforços naquilo que dialoga com sua experiência e que faz sentido para cada um. Assim, na relação professor e estudantes, bem como, na relação desses com o próprio processo de aprendizagem é importante o conhecimento da cultura, dos afetos, da sociabilidade, dos gostos musicais e das experiências em outros espaços, para além da escola, ou seja, conhecer aquilo que faz sentido para essas juventudes.

O campo de possibilidades contradiz a ideia de que a conquista dos projetos de futuro depende somente do esforço pessoal ou da vontade própria do indivíduo, pois nos faz perceber em que ‘limites’ sociais, culturais e políticos os jovens se movem na construção de seu presente e futuro (VILLAS; NONATO, 2014, p. 19).

Os jovens, mais do que conteúdos, esperam encontrar na escola orientações para fazer escolhas de vida, acadêmica e/ou profissional, para que possam elaborar caminhos possíveis para concretizar seus projetos pessoais de futuro. Entendemos por “caminhos possíveis” à noção de “campo de possibilidades”, ou seja, as condições reais para a realização desses projetos. Assim,

conforme Villas e Nonato (2014) e Damon (2009), um projeto de futuro não é apenas a idealização de um propósito, tampouco, depende meramente da vontade própria de cada um. Mas, está relacionado com as oportunidades, previstas e imprevistas, com o contexto geográfico e social, com as redes de contato e pessoas com as quais convivemos e que podem interferir, potencializar ou modificar tais projetos.

4. CONCLUSÃO

A partir do que foi desenvolvido destacamos que a intensão desta escrita foi refletir acerca das potencialidades do pensamento da “Assemblage” como uma opção de caminho investigativo e de escolha para operacionalizar a produção e interpretação dos resultados de pesquisa.

Temas como culturas jovens, juventudes escolares, projetos de vida – presentes e futuras – relações de trabalho, afetivas, consumo e políticas, por exemplo, podem, a nosso ver ser analisados sob a luz da teoria proposta por Deleuze e Guattari (1987) e que DeLanda (2006) realiza uma leitura profunda. Se o analista social decide de antemão a escala, fixando-se no micro ou no macro estrutural, no essencialismo ou determinismo dos acontecimentos, corre o risco de perder os movimentos sociogeográficos. Por isso pensar o espaço como relacional, tal como Massey (2008) propõe, pode ajudar na análise dos diferentes contextos de vida dos sujeitos sociais, fato que exige uma análise explicativa voltada à complexidade desses movimentos.

Na escola, juventudes diversas se encontram, com histórias de vida diferentes, projetos e sonhos, muitas vezes semelhantes, outras vezes não. Ocupam uma realidade de tempo semelhante – idade, múltiplas realidades corporificadas, ocupam um espaço “cartesiano” semelhante por horas – sala de aula, porém são múltiplas as experiências individuais e familiares, histórias e afetações que impulsionam os sujeitos em suas ações e no estabelecimento de suas redes. Esses arranjos, certamente, podem ajudar a pensar melhor sobre problemas teóricos e concretos dos diversos contextos geográficos.

REFERÊNCIAS

ALLEN, John. A more than relational geography? **Dialogues in human geography**, v. 2, n. 2, p. 190-193, 2012.

ALMEIDA, Maria Isabel M.; EUGENIO, Fernanda. (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ANDERSON, Ben. “Affective life”. *In: Encountering Affect. Capacities, Apparatuses, Conditions*. Farnham: Ashgate, 2014, p. 1-21.

ANDERSON, Ben; MCFARLANE, Colin. Assemblage and Geography. **Area**, v. 43, n. 2, p. 124–27, 2011.

ANDERSON, Ben; KEARNES, Matthew; MCFARLANE, Colin; SWANTON, Dan. On Assemblages and Geography. **Dialogues in Human Geography**, v. 2, n. 2, p. 171-189, 2012.

BAKER, Tom; MCGUIRK, Pauline M. Assemblage thinking as methodology: commitments and practices for critical policy research. **Territory, politics, governance**, v. 5, n. 4, p. 425-462, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, [2018]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 07-22, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de; OLIVEIRA, Raphaella Miranda de; RICO, Thiago Cruz. As políticas públicas no Brasil: revendo a trajetória recente. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. *In*: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.13-41.

DAYRELL, J. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DAMON, William. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. Trad. Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus, 2009.

DELANDA, Manuel. **A new philosophy of society**. Assemblage theory and social complexity. Continuum, London, Ny, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **A Thousand plateaus**: capitalism and schizophrenia. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Anti-Oedipus**: Capitalism and schizophrenia. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1983 [1972].

DOVEY, Kim; FISHER, Kenn. Designing for adaptation: the school as socio-spatial assemblage, **The Journal of Architecture**, v. 19, n.1, p. 43-63, 2014.

ELDER JR., Glen H.; JOHNSON, Monica Kirkpatrick; CROSNOE, Robert. The emergence and development of life course theory. *In*: MORTIMER, Jeylan T.; SHANAHAN, Michael J. **Handbook of the life course**, New York: Springer, p. 3-19, 2003.

TAL, Coordenador de Organização Escolar. **Entrevista 1**. [outubro de 2022]. Entrevistador: Nicole Mieko Takada Moreti. Presidente Prudente/SP, 2022. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

KAMALIPOUR, Hesam; PEIMANI, Nastaran. Assemblage thinking and the city: implications for urban studies. **Current urban studies**, n. 3, p. 402-408, 2015.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. *In*: LAW, John; HASSARD, John. **Actor-network theory and after Blackwell**, Oxford: Blackwell Publishers 15–25, 1999.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place**: understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MCFARLANE, Colin. Assemblage and critical urbanism. **City**, v.15, n. 2, p. 204-224, 2011.

MORE. **Mecanismo online para referências**, versão 2.0. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

MÜLLER, Martin; SCHURR, Carolin. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations (december 28, 2015). **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 41, n. 3, p. 217-229, 2016.

TURRA NETO, N. Definir a juventude como ato político: na confluência entre orientações do tempo, idade e espaço. *In*: CAVALCANTI, L. S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: PUC/ Goiás, 2015, v. 1, p. 119-136.

VILLAS, Sara; NONATO, Symaira. Juventudes e projetos de futuro. *In*: CORREA, Maria L.; ALVES, Maria Z.; LINHARES, Carla (org.). **Coleção cadernos temáticos**: juventude brasileira e ensino médio. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 07-48.

ZUSMAN, PERLA. La descripción en geografía. Un método, una trama. **Boletín de Estudios Geográficos**, n. 102, p. 135-149, 2014. Disponível em: <http://bdigital.uncu.edu.ar/6811>. Acesso em 24 de agosto de 2023.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.